



**BOLETIM
INFORMATIVO**

BRASIL

JUNIO 2025

xcom
by ATREVIA

FATOS CHAVE EM JUNHO DE 2025

1

Guerra tarifária entre o governo e o congresso nacional

2

Exploração de petróleo na foz do Rio Amazonas

3

Problemas nos preparativos para a COP30

4

Governo avança na regulação das redes sociais

5

Banco Central eleva taxa de juros a nível recorde desde 2006

A GUERRA TARIFÁRIA ENTRE O GOVERNO E O CONGRESSO NACIONAL

FATOS CHAVE EM JUNHO DE 2025



Em junho o cenário econômico brasileiro foi dominado pela alta do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), após o governo federal anunciar uma reoneração parcial sobre operações de crédito, alegando necessidade de recompor receitas e manter o equilíbrio fiscal diante do cenário de inflação persistente e alta dos juros.

A medida, que eleva a alíquota do imposto incidente sobre empréstimos, financiamentos e cartões de crédito, gerou imediata reação no Congresso Nacional, especialmente entre parlamentares da base do centrão e da oposição, que acusam o Executivo de penalizar consumidores e empresas em um momento de retração econômica.

O governo defendeu a reoneração como uma ação temporária e tecnicamente necessária, afirmando que o impacto seria "limitado e calibrado" para preservar as metas fiscais sem comprometer os programas sociais. A equipe econômica também argumentou que o aumento do IOF seria

uma forma mais eficaz e menos regressiva do que cortes lineares no orçamento. No entanto, a medida foi criticada até mesmo por setores aliados, que temem o efeito negativo sobre o crédito à população de baixa renda e o enfraquecimento do consumo, justamente quando os indicadores apontavam para desaceleração da economia.

No Congresso, a reação foi rápida. Um grupo suprapartidário articulou um projeto de decreto legislativo para suspender os efeitos da reoneração, alegando que o governo não consultou previamente os parlamentares e violou o espírito do acordo firmado durante a reforma tributária. O presidente da Câmara, Arthur Lira, classificou a medida como "inoportuna e desequilibrada", enquanto líderes do Senado ameaçaram convocar o ministro da Fazenda para dar explicações. Além disso, setores da indústria e comércio intensificaram o lobby junto ao Legislativo para tentar barrar ou reduzir o alcance do aumento.

FATOS CHAVE EM JUNHO DE 2025



POLÊMICA COM A EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO NA FOZ DO RIO AMAZONAS

Em meados de junho a Agência Nacional de Petróleo (ANP) realizou a venda de 19 blocos petrolíferos na bacia da foz do Rio Amazonas — área altamente sensível do ponto de vista ecológico — por R\$ 844 milhões, leiloados principalmente para consórcios formados pela Petrobras com ExxonMobil, e Chevron com CNPC

A operação foi justificada pelo governo como uma estratégia para ampliar receita, fomentar o desenvolvimento regional e financiar a transição energética. Contudo, ambientalistas denunciaram a iniciativa como um contraponto à postura climática do Brasil, especialmente por ocorrer pouco antes da COP30, em Belém. O governo ressaltou que as decisões sobre licenciamento, onde a Petrobras busca autorização do Ibama — seguirão fundamentos técnicos.

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, afirmou repetidamente que o licenciamento é um processo legal, enquanto a ministra

do Meio Ambiente, Marina Silva, manteve uma postura mais cautelosa, demandando estudos complexos e consultas indígenas antes de liberar qualquer perfuração.

A controvérsia foi intensificada por entidades como Greenpeace, WWF e ClimalInfo, que alertaram para potenciais emissões na margem equatorial que poderiam ultrapassar 4,7 bilhões de toneladas de CO₂, comparável a cinco anos de desmatamento na Amazônia.

O Observatório do Clima e procuradores federais também entraram com ações na Justiça,, argumentando que não houve estudos climáticos claros e que comunidades tradicionais não foram consultadas antes da decisão federal.

O embate político refletiu-se internamente: parlamentares lançaram manifestos pedindo suspensão imediata, alegando quebra na coerência entre discurso climático e prática governamental.

FATOS CHAVE EM JUNHO DE 2025



PROBLEMAS NOS PREPARATIVOS PARA A COP30 EM NOVEMBRO

Os preparativos para a COP 30, programada para 10 a 21 de novembro em Belém (PA), ganharam ritmo acelerado, mas seguem enfrentando problemas. Em um encontro em Bonn, na Alemanha, a delegação brasileira apresentou atualizações sobre infraestrutura: a previsão é oferecer até 29 000 quartos e 55 000 leitos, incluindo hotéis, residências temporárias e cabines em cruzeiros, além de lançar o sistema de visto eletrônico, transporte gratuito e esquema reforçado de segurança para os delegados.

Apesar do anúncio otimista, a plataforma oficial de hospedagem sofria atraso — não foi lançada até o fim de junho, causando queixas de ONGs e países por conta dos altos custos. A complexidade logística ganhou destaque nas conversas em Bonn: Belém precisa conciliar charme amazônico com infraestrutura robusta para receber cerca de 60 000 pessoas, e o país tenta evitar que os altos

preços excluam delegações de países em desenvolvimento.

Para enfrentar o desafio, o governo investe em corredores viários, expansão do aeroporto, infraestrutura portuária e até navios-hotel, além de criar a Secretaria Extraordinária da COP30 para articular esforços federais, estaduais e municipais.

Do ponto de vista político e diplomático, o Brasil visa mobilizar sociedade civil, empresários, governos locais e povos indígenas para reforçar as negociações climáticas. A proposta brasileira também pretende incluir compromissos climáticos de empresas, cidades e estados.

.Entretanto, tensões geopolíticas — incluindo guerras internacionais, a retirada parcial dos EUA dos mecanismos globais e as críticas aos leilões de petróleo na Amazônia — criam um ambiente delicado, onde o governo nacional reconhece que “o fracasso não é uma opção

FATOS CHAVE EM JUNHO DE 2025



GOVERNO AVANÇA NO PROJETO DE REGULAÇÃO DAS REDES SOCIAIS

A polêmica sobre a regulação das redes sociais no Brasil se intensificou em junho com ações simultâneas do Supremo Tribunal Federal, do Executivo e do Congresso, alimentadas por debates populares e institucionais. O STF deu um passo significativo ao formar maioria para responsabilizar plataformas como Facebook, Meta, Google, X e TikTok por conteúdos ilegais — incluindo discursos de ódio, racismo e incitação à violência — mesmo sem ordem judicial prévia.

O julgamento teve placar favorável de 8 votos a 3, tornando imediata a obrigação de remoção de conteúdos nocivos e abrindo caminho para que usuários processem as plataformas caso elas não ajam prontamente AP News. Essa decisão reacendeu a discussão sobre os limites entre liberdade de expressão e medidas preventivas para combater a

desinformação — e tem gerado críticas de que pode provocar censura por parte das empresas

Paralelamente, o governo federal retomou a iniciativa legislativa com consulta pública sobre princípios que devem orientar o marco regulatório — como soberania nacional, proteção aos direitos humanos, privacidade e o combate à desinformação

O presidente Lula defendeu que, em caso de omissão do Congresso, o STF fosse o agente regulador mais eficaz, o que provocou reação no Parlamento. O tema provocou forte embate; e alguns parlamentares cobraram uma lei clara definida pelo Legislativo, afirmando que “não legislar também é uma posição”, e alguns alertaram para o risco de censura prévia e prejuízo à liberdade de expressão.

FATOS CHAVE EM JUNHO DE 2025



BANCO CENTRAL ELEVA TAXA DE JUROS A NÍVEL RECORDE DESDE 2006

Em junho o Banco Central do Brasil elevou a taxa básica de juros (Selic) de 14,75% para 15% ao ano, atingindo o maior patamar desde 2006. A decisão foi tomada pelo Comitê de Política Monetária (Copom) no dia 18, diante de uma combinação de fatores adversos: inflação persistente, expectativas desancoradas e incertezas fiscais. Foi a sétima alta consecutiva da taxa, consolidando um dos ciclos de aperto monetário mais longos dos últimos anos.

A medida teve como principal justificativa o aumento do IPCA, que acumulou 5,35% nos 12 meses até junho, ultrapassando o teto da meta do Conselho Monetário Nacional, de 4,5%. Além disso, o Banco Central alertou que os efeitos das altas anteriores ainda não foram totalmente absorvidos pela economia, o que justifica a manutenção de uma política monetária restritiva por um “período prolongado”.

O comunicado oficial indicou que o cenário inflacionário ainda exige “cautela, paciência e perseverança”.

A elevação da Selic, no entanto, provocou reações negativas de setores produtivos e do varejo, que alertaram para o impacto da medida sobre o crédito, o consumo das famílias e os investimentos privados. Em meio a uma economia que cresce de forma desigual — com destaque para a agropecuária, mas fraqueza no comércio e indústria —, o aumento de juros foi visto por muitos como um fator que pode acentuar a desaceleração no segundo semestre.

A decisão também aumentou a pressão sobre o governo federal para demonstrar responsabilidade fiscal, já que parte da alta decorre das dúvidas sobre o cumprimento da meta de resultado primário. Mas o governo insiste na tática de apostar na alta dos impostos e não cortar o excesso de gastos públicos.



Viviana Toletti
CEO XCOM BY ATREVIA
viviana.toletti@xcom.net.br



Daniel Bruin
DIRETOR EXECUTIVO XCOM BY ATREVIA
daniel.Bruin@xcom.net.br

ESPAÑA PORTUGAL **BÉLGICA** ARGENTINA **BOLIVIA** BRASIL **CHILE** COLOMBIA
ECUADOR MEXICO **PANAMA** PARAGUAY **PERU** REPUBLICA DOMINICANA **URUGUAY**

